

## A violência de gênero em contos de *Olhos D'água*, de Conceição Evaristo/

### *Gender violence in tales of Olhos D'água, by Conceição Evaristo*

*Marinês Andrea Kunz* \*

Doutora em Linguística e Letras pela PUC-RS (2004). Foi Diretora do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes (2016-2017) e coordenadora do curso de Letras (2006-2010), na Universidade Feevale, onde é professora titular.

 <https://orcid.org/0000-0001-8964-1573>

*Sabrina Susiélen Corrêa* \*\*

Possui graduação em Letras - Português/ inglês pela Universidade Feevale. Atualmente é estudante do curso de pós graduação Lato Sensu em metodologia de ensino de língua portuguesa, inglesa e literatura pela FAVENI. Atua como professora do Governo do Estado do Rio Grande do Sul nas disciplinas de língua inglesa e língua portuguesa e faz parte de um grupo de pesquisa como bolsista de aperfeiçoamento na área de literatura.

 <https://orcid.org/0000-0003-4247-1559>

*Ernani Mügge* \*\*\*

Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é professor e pesquisador da Universidade Feevale, atuando no PPG em Processos e Manifestações Culturais e no Mestrado Profissional em Letras.

 <https://orcid.org/0000-0001-8243-8759>

**Recebido** em: 11 nov. 2020. **Aprovado** em: 12 jan. 2021.

#### **Como citar este artigo:**

KUNZ, Marinês Andrea; CORRÊA, Sabrina Susiélen; Mügge, Ernani. A violência de gênero em contos de *Olhos D'água*, de Conceição Evaristo. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 10, n. 1, p. 11-34, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10273660>

---

\*

 [marinesak5@gmail.com](mailto:marinesak5@gmail.com)

\*\*

 [bina\\_sapi\\_rs@yahoo.com.br](mailto:bina_sapi_rs@yahoo.com.br)

\*\*\*

 [ernani@feevale.br](mailto:ernani@feevale.br)

## RESUMO

O Brasil constituiu-se como nação por meio de um processo violento de dominação do Outro — o povo indígena, o negro escravizado, a mulher. Assim, as mulheres, em geral, ao longo da história, sempre sofreram com distintos tipos de violência por conta da dominação masculina, na sociedade patriarcal brasileira, desde o início da colonização. Em especial, a mulher negra escravizada sofreu todo tipo de violação. Esse passado deita raízes na atualidade, de modo que nossa sociedade é marcadamente violenta, embora essa violência seja naturalizada e, até, negada. A violência estrutural impede que diferentes classes sociais e grupos étnicos tenham voz e alcancem melhores patamares de qualidade de vida. Essa questão é abordada pela literatura, que, pela ficcionalidade, a expõe e problematiza. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar o retrato da violência de gênero em três contos da obra *Olhos d'Água*, de Conceição Evaristo, visto que a autora tematiza a mulher negra em suas produções literárias, buscando dar visibilidade a esses sujeitos na sociedade contemporânea. Para alcançar este propósito, são empregados, entre outros, estudos de Pierre Bourdieu (2010), Lília Schwarcz e Heloísa Starling (2015), Regina Dalcastagnè e Maria Leal (2010), Eloísa Celmer (2010).

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Violência de gênero; *Olhos D'água*; Conceição Evaristo.

## ABSTRACT

*Brazil was constituted as a nation through a violent process of domination of the Other - the indigenous people, the enslaved black, the women. Thus, women, in general, throughout history, have always suffered from different types of violence due to the male domination, in Brazilian patriarchal society, since the beginning of colonization. In particular, enslaved black women suffered all kinds of rape. This violation of women's body and culture perpetuates itself, over the centuries and decades, so that our society is markedly violent, although this violence is naturalized and even denied. Structural violence prevents different social classes and ethnic groups from having a voice and reaching better levels of quality of life. This issue is addressed by the literature, which, through fictionality, exposes and problematizes it. In this perspective, this article aims to analyze a portrait of gender violence in tales from the work "Olhos d'Água", by Conceição Evaristo, since the author focuses on black women in her literary productions, aiming to raise awareness and give visibility to these subjects in contemporary society. To achieve this purpose, studies of Pierre Bourdieu (2010), Lília Schwarcz e Heloísa Starling (2015), Regina Dalcastagnè e Maria Leal (2010), Eloísa Celmer (2010).*

**KEYWORDS:** Violence; Gender violence; *Olhos D'água*; Conceição Evaristo.

Da língua cortada,  
digo tudo,  
amasso o silêncio  
e no farfalhar do meio som  
solto o grito do grito do grito  
e encontro a fala anterior,  
aquela que emudecida,  
conservou a voz e os sentidos  
nos labirintos da lembrança.  
Conceição Evaristo

## 1 Introdução

A violência de gênero vem aumentando a cada dia, elevando as estatísticas entre os crimes mais cometidos no Brasil. Seja no ambiente familiar seja no meio social, a violência de gênero é, na maioria das vezes, impulsionada pela dominação do sexo masculino sobre o feminino evidenciando masculinidade e honra pela força bruta, tortura, pressão psicológica ou violência simbólica. Sobre essa dominação masculina, Bourdieu afirma:

Sempre vi na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência [...] (da) submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias [...] simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2010, p.7)

A violência de gênero pode ocorrer de várias maneiras, como pela agressão verbal, física, podendo chegar a seu ápice mais grave: o feminicídio. No Brasil, a violência contra a mulher é preocupante, pois os dados assustam. Essa violência não surgiu na atualidade, ao contrário, é mais antiga do que imaginamos. O que, de fato, é mais recente é a criminalização da violência contra mulheres, a partir da criação de leis que amparam as vítimas e penalizam o agressor.

A violência contra a mulher também é retratada pela literatura, especialmente pela literatura contemporânea de autoria feminina, que, desde os anos de 1970, com uma crítica feminista, denuncia violação dos direitos da mulher. Nessa perspectiva, este artigo visa a analisar os contos “*Beijo na face*”, “*Quantos filhos Natalina teve?*” e “*Maria*”, da obra *Olhos d’água*, de Conceição Evaristo, sob o prisma da violência contra a mulher. Para isso, serão retomados estudos sobre a história do Brasil e a formação da nossa sociedade, dados sobre a violência urbana na atualidade, bem como sobre a história da literatura brasileira e o papel social da literatura.

## 2 Brasil: violência histórica

A palavra violência vem do latim *violentia* e significa “veemência, impetuosidade”, de *violentus*, “o que age pela força”, e está relacionada à *violare*, significando desonrar, ultrajar, ou seja, ofender a dignidade do outro. Segundo Zapater e Almeida,

O termo violência física, que podemos descrever como uma forma de coerção exercida sobre o corpo de uma pessoa para castigar, disciplinar ou subjugar, sempre foi expressão de poder. É neste contexto que o corpo deixa de ser objeto de poder para ser direito do indivíduo - aliás, é o primeiro civil, o que nos dá pistas importantes para pensar em determinadas populações (mulheres, negros, crianças, detentos, homossexuais, etc) que continuam a sofrer mais violência física do que outras até os dias de hoje. Mas a violência também pode ser simbólica, correspondendo a uma forma de coerção exercida pela fabricação de crenças no processo de socialização. (ZAPATER; ALMEIDA, 2013, p. 97).

Portanto, entende-se que, além de física, a violência pode ser simbólica e está relacionada à questão estrutural oriunda de antigos padrões, segundo os quais os lugares e papéis sociais eram pré-definidos pelo gênero. Assim, mulheres ficavam responsáveis pelos afazeres domésticos e pelos filhos, enquanto os homens trabalhavam fora, cuidavam das finanças e demais tarefas de que eram incumbidos. Durante muito tempo, esse comportamento foi considerado o normal no contexto familiar, pois

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2010, p. 18).

Nesse contexto, entende-se como violência de gênero quando a vítima é alvo única e exclusivamente por uma questão do sexo, neste caso, por ser mulher. Dessa forma, a mulher não sofre somente com a posição de inferioridade imposta pelo homem, mas também carrega o peso da discriminação pela sociedade patriarcal caracterizada pela violência estrutural, a qual advém da construção social do Brasil, que ocorreu de forma violenta para a dominação do espaço pela colonização e para a exploração das riquezas aqui encontradas. Sobre a colonização do território brasileiro, Schwarcz e Starling afirmam:

[...] algumas características persistentes da nossa breve história, ao menos quando datada a partir da descoberta do Brasil – para alguns, para outros, o termo correto seria “invasão” -, na data redonda de 1500. Se muitos são os eventos, contextos políticos e culturais que assinalam esses mais de cinco séculos de existência nacional, alguns traços insistem, teimosamente, em comparecer na agenda local. Um deles é justamente a nossa difícil e tortuosa construção da cidadania. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 13).

No processo colonizatório, é de especial importância abordar o regime escravocrata, caracterizado pela extrema violência ao longo de quase quatro séculos, primeiro dos povos indígenas, que foram vítimas de ações genocidas, e, posteriormente, do negro trazido de países da África. As ações violentas contra os negros, por parte do sistema social e dos habitantes, não cessaram com a Abolição, em função do preconceito aqui instaurado, que acarretou profunda exclusão social. Tal realidade se erigiu pela falta de uma política de inserção social dos libertos

para dar conta de todo esse contingente de trabalhadores, que passou a ser rejeitado no mercado de trabalho e não tinha onde morar, sendo obrigado a ocupar os morros, concentrando-se na periferia das cidades. Também não havia um sistema escolar preocupado com a oferta universal do ensino como forma de inserção social. Sobre isso, as mesmas historiadoras destacam que: “[...] a Lei Áurea, apesar de sua grande importância, era, porém, pouco ambiciosa em sua capacidade de inserção daqueles em cujo jargão, durante tanto tempo, a cidadania e os direitos não constavam.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 14).

Nessa perspectiva, a violência entranhada na história do Brasil desde a chegada dos primeiros navegadores instaurou disparidades sociais de proporções abismais e de profundo preconceito racial e de classe, cujos tentáculos alcançam os dias de hoje. O legado dessa violência, perpassada por questões étnicas e de classe, impede que o país se desenvolva de forma equânime, uma vez que essa forma enviesada de ver a sociedade brasileira e seus problemas sabota a criação e a efetividade de programas sociais com foco na reparação de prejuízos históricos às populações hoje à margem. A história do Brasil após a chegada dos portugueses, portanto, inicia com a violência direta, a violência física, o extermínio dos povos indígenas e a escravidão, configurando o DNA da sociedade brasileira.

Com a Abolição, os ex-escravizados não foram, pois, vistos como cidadãos, não conseguiam empregos, sofriam preconceito e perseguições por conta de suas tradições, e a imposição do catolicismo impedia a prática das religiões africanas. Por esse motivo, nessa época<sup>1</sup>, surgiram as primeiras organizações que deram início à luta pela igualdade de direitos e pelo acesso à saúde, à educação. De acordo com Pereira,

Nesse contexto de sociedade livre, alguns estereótipos vão se consolidar no imaginário: o ex-escravizado passou a ser o negro; o antes trabalhador passou a ser o ocioso, o violento, o marginalizado. Para atenuar o quadro de exclusão, em meados da república velha, algumas estratégias serão criadas a fim de cristalizar a invisibilidade da violência imposta ao segmento negro. Surgiu, assim, a falaciosa tese da democracia racial. Todos passaram a ser brasileiros, o Brasil passou a ser o país moreno; tal situação fora criada pela suposta bondade dos senhores que se relacionavam sexualmente com as mulheres negras “sem preconceito”, “sem discriminação”; tal procedimento gerou uma

---

<sup>1</sup> A Frente Negra Brasileira foi uma organização muito importante para a população negra na década de 1930. Nos estatutos da organização, o primeiro capítulo estabelece: Fica fundada em São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação dos seus direitos sociais e políticas atuais, na comunhão brasileira. (PEREIRA, 2008, p.33).

população mestiça significativa. Herança deixada pelos portugueses, que, segundo os defensores dessa tese, praticaram um escravismo brando, portanto, tinham uma relação amena com os escravizados, “em especial”, com as mulheres negras. (PEREIRA, 2010, p. 92).

Essa relação “amena” com as mulheres ocorria pelo “estupro a que eram submetidas as mulheres negras. Junto a isso há uma contradição quando verificamos a reticência de Portugal em acabar com o escravismo e o Brasil ser um dos últimos países a abolir a escravidão” (PEREIRA, 2010, p. 92). O estupro é prática naturalizada em nosso país e, não raro, a mulher, em vez de vítima, é considerada culpada, uma vez que se entende que ela provoca o homem, especialmente se tiver bebido ou usar roupas curtas — resultado da cosmovisão profundamente patriarcal, ainda persistente em terras brasileiras.

Algumas medidas foram tomadas, após a Abolição, para reafirmar a morenidade brasileira, tais como o status da capoeira, que deixou de ser discriminada e passou a ser um esporte importante e tradicional na cultura do país. O Brasil passou, então, a ser considerado, erroneamente, um modelo no quesito integração social entre distintos grupos raciais. Porém, mediante o conjunto de denúncias, a verdadeira faceta desse modelo é revelada em sua perspectiva mais cruel de exclusão, preconceito e total falta de equidade entre as distintas camadas sociais, com especial enfoque para a população negra e a indígena. A cor da pele é, ainda hoje, um estigma e uma forma de situar o sujeito na escala social.

Assim sendo, criou-se a ilusão de que o Brasil era um país integrado quanto à diversidade étnico-racial. A violência contra negros e, principalmente, contra as negras tornou-se algo natural e invisível, pois a maior parte da sociedade brasileira acredita até hoje que o racismo não existe em nosso país. Entretanto, quem defende essa ilusão não vê ou não quer ver que o contingente de negros compõe a maior parte da sociedade brasileira. Diante desse dado, há que se perguntar qual a razão por que os índices de exclusão e de violência atingem justamente essa maioria (PEREIRA, 2010). Isso se deve ao fato de a sociedade brasileira ser extremamente racista, resquício do sistema escravocrata.

Podemos afirmar, então, que “[...] essas relações violentas se estendem na forma de políticas de desenvolvimento, ou pela falta delas, pelo século XX e nos conduzem à contemporaneidade, em que convivemos com a desigualdade social, a violência social e a policial, preconceitos e autoritarismos de toda ordem.” (KUNZ, 2020, p. 74). Desse modo, entendemos que a violência e o racismo estão impregnados na cultura nacional, moldando formas de pensar e incidindo negativamente sobre políticas públicas e, em última análise, sobre o desenvolvimento

econômico, na medida em que a maior parcela da população fica de fora do setor produtivo e, assim, tem pouca capacidade de consumo.

Já a violência contra a mulher é uma das mais graves formas de violação dos direitos humanos. No Brasil, o número de casos é alarmante, pois as mulheres ainda são alvos de violência dos mais diversos tipos e, na maioria das vezes, em seus lares. Por isso, em 2006, foi sancionada a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, para incrementar o rigor das punições para crimes de violência contra a mulher. A referida Lei

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (WAISELFISZ, 2015, p. 7).

E em 2015, foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, que o classifica como crime hediondo e com agravos quando cometido em situações específicas, como no caso de a vítima ser gestante, menor de idade ou, ainda, se ocorrer na presença dos filhos.

A violência contra a mulher envolve várias questões, principalmente afetivas e emocionais. Muitas vezes, as vítimas não tomam qualquer atitude contra o agressor, pois, além de se culparem pela violência sofrida, tendem a acreditar que o comportamento violento não se repetirá, por isso, grande parte não procura ajuda ou denuncia o agressor. A vítima convive com o medo constante e, em alguns casos, luta também para proteger os filhos, que, involuntariamente, participam dessas situações. Durante muito tempo,

As violências contra a mulher foram socialmente aceitas, o que impregnou as identidades culturais de homens e mulheres de um grau elevado de tolerância para com tais manifestações de agressividade. Essa aceitação sociocultural das violências contra a mulher foi tão bem alicerçada ao longo dos tempos que, até nos dias atuais, quando inclusive a legislação reprovava essa forma de violência, as mulheres vitimizadas possuem dificuldade de reconhecer as agressões sofridas como sendo violência. (CELMER, 2010, p. 74).

As relações de desigualdade social e de gênero são, portanto, constantes e duradouras no Brasil, o que se manifesta na esfera pública e na privada. Por isso, ainda que tenham formação

qualificada, as mulheres recebem salários inferiores ao dos homens, ou seja, há uma desvalorização da figura feminina, realidade que é naturalizada.

Essa realidade é ainda mais grave quando se trata da mulher negra, que sofre simultaneamente com o racismo e com a condição de gênero. Sobre essa realidade, é importante trazer dados estatísticos, como o faz Schwarcz:

Segundo dados retirados do *Mapa da Violência 2015*, o assassinato de mulheres negras aumentou 54% nos anos de 2003 a 2013, enquanto o de brancas diminuiu na ordem de 9,8%. Mulheres negras com idade entre quinze e 29 anos têm 2,19 vezes mais chances de serem assassinadas no Brasil do que as brancas na mesma faixa etária, de acordo com o IVJ de 2017. (SCHWARCZ, 2019, p. 185-186).

Diante disso, destacamos a necessidade de a arte como um todo e a literatura, em particular, abordar o tema da violência contra a mulher, como o faz Conceição Evaristo.

### 3 Literatura brasileira, escritoras negras e a representação da mulher negra

Na literatura, a mulher negra em geral foi apresentada por escritores brancos, que evidenciavam marcas do passado escravocrata. Já a violência de gênero é apresentada pela literatura, especialmente, a partir do século XX. No início da década de 1970, a literatura brasileira de autoria feminina entrou em nova fase, pois várias escritoras — por exemplo, Ana Miranda, Adélia Prado, Hilda Hilst, Clarice Lispector, Lygia Fagundes Teles — trouxeram à tona a crítica feminista, ocupando seu espaço e repudiando a dominação masculina e a sociedade patriarcal.

Ao discutir a questão, Leal afirma:

Por trás do fato de aparecer um nome de mulher na capa de um romance, existe uma história. Essa história da inserção das mulheres no campo literário brasileiro não tem como ser resgatada sem que se leve em consideração a atuação dos movimentos feministas como força social. Com todas as suas divisões e constantes revisões, as lutas feministas garantiram desde o mais simples direito, que é o acesso à alfabetização, até a possibilidade da existência de escritoras de romances publicados, passando pelos espaços de jornalistas, agentes literárias e mulheres à frente de editoras. (LEAL, 2010, p. 65).

Dessa forma, com os movimentos feministas, passou-se a questionar o domínio masculino, o que fez com que a mulher assumisse outros papéis sociais, como de escritora. Esse novo espaço,

Mais fértil e menos estreito, abre possibilidade a que aí tinham ingresso as questões de gênero e, por esse caminho, se alcance valioso cabedal de informações sobre o modo de interação desses problemas, em seu conjunto, e sobre como, de um lado, a história das mulheres brasileiras tem registro na literatura do Brasil e, de outro, até que ponto tem a mulher brasileira aceitado ou resistido ao modo convencional como se incorporou à cultura de seu país, no tocante a seus mitos, suas crenças, seu imaginário, sua ideologia. (SHARPE, 1997, p. 15).

No Brasil, isso já é uma realidade, mas nem sempre foi assim. A condição da mulher como escritora passou a ser mais considerada quando autores de renome como Machado de Assis passaram a abordar questões femininas. E, no contexto da literatura brasileira, em especial na crônica, o mesmo escritor pode, segundo Sharpe (1997), ser considerado o primeiro a perceber de modo progressista o feminino como tropo negativo, para, paulatinamente, assumir facetas potencialmente positivas.

Assim, ao longo da história, aos poucos, a escrita feminina passou a ser um marco na literatura brasileira, conquistando um espaço com características próprias, criando-se uma relação da mulher com outras mulheres. Sobre isso, avalia que

Uma escrita feminina centra-se na relação cultural de mulheres em sociedade. Não é a escrita que simplesmente fala de mulheres, pois homens sempre escreveram sobre mulheres, sem necessariamente produzirem uma escrita feminina. A escrita feminista busca o menor, o microscópico, perpassa pela leveza estranha, pela delicadeza trágica, a sua política é a da subjetividade. (SHARPE, 2008, p. 42).

A literatura de autoria feminina não aborda somente temas da contemporaneidade, mas também tematiza e revisa a história, analisando a luta da mulher em diversos contextos ainda desfavoráveis. Sob esse enfoque, entre as inúmeras obras, podemos mencionar como exemplo *“Um defeito de cor”*, de Ana Maria Gonçalves; *“Desmundo”*, de Ana Miranda; *“As meninas”*, de Lygia Fagundes Teles; *“Memorial de Maria Moura”*, de Rachel de Queiroz. Dessa forma, a literatura confere visibilidade, pois, a problemas do universo feminino, sob a ótica da própria mulher, expondo a violência e a dominação masculina, já que, como afirma Bourdieu (2010), as mulheres são excluídas ou menos valorizadas que o homem em distintos setores da sociedade,

como o político, o econômico, o religioso etc., em nome de um princípio de honra ao homem, que só beneficia, evidentemente, a ele.

Essa exclusão das mulheres em diferentes áreas, especialmente do mundo do trabalho e no da política, contribuiu para que o tema da violência contra a mulher nas distintas esferas também fosse abordado no âmbito da literatura. Embora não possa promover a mudança dos problemas sociais, entende-se que a literatura, como preconiza Antonio Candido (2004), tem poder transformador capaz de impulsionar reflexões acerca de diversos dilemas, sensibilizando e educando para relações de alteridade mais sadias. Nessa ótica, a literatura de escrita feminina luta contra o fato de que

O silêncio dos grupos marginalizados – entendidos em sentido amplo como todos aqueles que vivenciam uma identidade coletiva que recebe valorização negativa da cultura dominante, sejam definidos por gênero, etnia, cor, orientação sexual, posição nas relações de produção, condição física ou outro critério – é coberto por vozes que se sobrepõem a ele, vozes que buscam falar *em nome* desses grupos, mas que também, embora raramente, pode ser quebrado pela produção literária de seus próprios integrantes. É o caso, em particular, das mulheres que há tempos já conquistaram um espaço próprio (embora ainda minoritário) na produção literária. (DALCASTAGNÉ; LEAL, 2010, p. 42).

A literatura brasileira, pela perspectiva feminina, traz uma grande representatividade, por isso, a exposição e o retrato das inúmeras formas de violência sofridas pelas mulheres, seja no âmbito privado seja no público, permite que olhemos para esse aspecto da realidade brasileira de forma mais clara e crítica, sem pejo de abordar o tema, desnudando os meandros e o alcance de tal violência. Dessa forma, ao trilhar um caminho, embora repleto de descaminhos, com características muito próprias, estando no papel de escritora, a mulher passou de coadjuvante à protagonista e autora, desmistificando padrões impostos pelo meio social.

Contudo, nesse processo de exclusão da mulher do meio literário, há que se dispensar um olhar especial à mulher negra. Na conjuntura atual há mais escritoras negras no meio literário e, conseqüentemente, mais mulheres negras protagonistas. Entretanto, percebe-se que esse movimento ainda é frágil e necessita de mais visibilidade. O sistema literário é, pois, ainda muito seletivo, prevalecendo o autor branco, homem, de classe média e heterossexual. Nesse sentido,

Uma teoria cultural reconhece a existência de importantes diferenças entre as mulheres como escritoras: classe, raça, nacionalidade e história são determinantes literários tão significativos quanto gênero. Não obstante, a cultura das mulheres forma uma experiência coletiva dentro do todo cultural,

uma experiência que liga as escritoras umas às outras no tempo e no espaço. (SHOWALTER, 1994, p. 44).

O negro enfrenta o racismo em vários espaços sociais, principalmente em relação às capacidades intelectuais. Para as mulheres negras, esse preconceito é infinitamente maior, visto que estão marcadas pelo patriarcado e pela duplicidade de discriminação, ser negra e mulher. O estigma da escravidão é perceptível, e as mulheres negras ainda são desfavorecidas quanto a fatores socioeconômicos, educacionais e políticos.

A literatura afro-brasileira ainda está em fase de construção e as escritoras negras buscam representações de si, ressignificando papéis e padrões historicamente impostos:

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as). (GOMES, 2005, p. 43).

Para modificar a forma negativa como a sociedade brasileira vê o negro e para compreendê-lo como cidadão com direito à representatividade em todos os setores, seja na economia, na cultura, na religiosidade, abrir espaço para ele na literatura é de suma importância, tanto como autor quanto como personagem. Nesse âmbito, especificamente, a literatura feminina negra busca uma visibilidade diferenciada dessa parcela da sociedade historicamente inferiorizada no Brasil. Sobre isso, Conceição Evaristo explica:

Sendo as mulheres negras invisibilizadas, não só pelas páginas da história oficial brasileira, mas também pela literatura, e quando se tornam objetos de segunda, na maioria das vezes, surgem ficcionalizadas a partir de estereótipos vários, para as escritoras negras cabem vários cuidados. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Surge a fala e um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. (EVARISTO, 2005, p. 205).

Desse modo, as autoras negras representam a figura da mulher negra como protagonista, e não mais como objeto a partir do olhar do Outro que lhe é dessemelhante. Como exemplo, podemos mencionar a escritora Carolina Maria de Jesus com sua emblemática obra *Quarto de despejo. Diário de uma favelada*.

Diante disso, este artigo debruça-se sobre contos de Maria da Conceição Evaristo de Brito ou simplesmente Conceição Evaristo, considerada uma das mais relevantes escritoras da literatura afro-brasileira. Pesquisadora, Conceição marca a literatura principalmente pelo destaque à mulher negra a partir do seu ponto de vista como mulher negra. O conceito de suas produções literárias fundamenta-se na escrevivência, ou seja, “[...] a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil.” (OLIVEIRA, 2009, p. 622). Assim, segundo a própria escritora afirma, em seu processo criativo, não lhe é possível desvincular-se do seu “corpo-mulher-negra em vivência”, de modo que é, justamente por meio desse corpo que ela experimenta o que um corpo não negro jamais poderá experimentar (EVARISTO, 2009).

Nascida em uma favela de Belo Horizonte em 1946, Conceição Evaristo cursou o primário e o colegial ainda em Minas Gerais, enquanto trabalhava como doméstica. Na década de 1970, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi professora em Niterói por 10 anos. Graduiu-se em Letras pela UFRJ, é Mestre em Literatura Brasileira pela PUC-RJ e Doutora em Literatura Comparada pela UFF. Integrante de vários movimentos, apoia a valorização da cultura negra no Brasil. Em 1990, iniciou na literatura publicando na série *Cadernos Negros*, criada em 1978 pelos militantes e escritores Luiz Silva, o Cuti, e Hugo Ferreira, para dar visibilidade a contos e poemas de autores afro-brasileiros.

Conceição Evaristo vem ganhando cada vez mais espaço na literatura contemporânea brasileira, e suas publicações têm sido objeto de estudos acadêmicos no Brasil e no exterior. Em 2003, publicou o romance *Ponciá Vivência*; em 2006, *Becos da memória*; em 2011, *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Em 2014, lançou *Olhos D’água* e, em 2017, *Histórias de Leves Enganos e Parecenças*. Em 2018, recebeu o Prêmio de Literatura do Governo de Minas Gerais pelo conjunto da obra. Ainda em 2018, candidatou-se à cadeira número 7 da Academia Brasileira de Letras, contudo, não foi eleita.

Com estilo próprio de escrita, aborda distintas formas de violência e enfatiza em seus contos o preconceito racial, de gênero e de classe. Sobre isso, ela mesma ressalta que sua condição de mulher negra transparece em sua escrita, de forma inconsciente até, o que revela sua condição de cidadã e de escritora (EVARISTO *apud* NASSIF, 2016, p.1).

Sob essa ótica, a escritora aborda em seus contos as duras batalhas de negros e negras no Brasil, conferindo visibilidade às personagens, expondo aspectos culturais e formas de ver o mundo, evidenciando, também, a exclusão social de que são vítimas. Nessa perspectiva, serão estudados três contos da obra *Olhos d’Água*, sob o enfoque da violência.

#### 4 Olhos d'água: a voz das silenciadas

A obra *“Olhos d'Água”* é composta por quinze contos que abordam a violência no espaço urbano com foco na violência contra a mulher. Traz protagonistas femininas, pobres e vítimas de violência, que representam também a cotidianidade da desigualdade, os dilemas sociais e sexuais e inúmeras experiências de vida, reconstituindo as duras batalhas enfrentadas no espaço da favela. Sobre *“Olhos D'água”*, Gomes afirma:

Sem sentimentalismos facilitadores, mas sempre incorporando a tessitura poética à ficção, os contos de Conceição Evaristo apresentam uma significativa galeria de mulheres: Ana Davenga, a mendiga Duzu-Querença, Natalina, Luamanda, Cida, a menina Zaíta. Ou serão todas a mesma mulher, captada e recriada no caleidoscópio da literatura em variados instantâneos da vida? Diferem elas em idade e em conjunturas de experiências, mas compartilham da mesma vida de ferro, equilibrando-se na “frágil vara” que, lemos no conto “O Cooper de Cida”, é a “corda bamba do tempo”. Na verdade, essa mulher de muitas faces é emblemática de milhões de brasileiras na sociedade de exclusões que é a nossa. (GOMES, 2011, p. 9-10).

Dentre os contos, serão analisados *“Beijo na face”*, *“Quantos filhos Natalina teve?”* e *“Maria”*. As protagonistas passam por dificuldades do cotidiano, sendo vítimas de distintas formas de violência. As personagens principais são, respectivamente, Salinda, Natalina e Maria.

Salinda vive em um ambiente de opressão, em virtude de um casamento desgastado, que se tornou uma relação abusiva. Submissa, ela não consegue romper o relacionamento, pois seu companheiro não permite. Por medo de perder os filhos, vive entre a paixão por outra mulher e o temor do esposo, que a vigia, impondo-lhe a violência psicológica, conforme o seguinte trecho:

As ameaças feitas pelo marido, as mais diversificadas e cruéis, foram surgindo. Tomar as crianças, matá-la ou suicidar-se deixando uma carta culpando-a. Salinda, por isso, vinha há anos adiando um rompimento definitivo com ele. Tinha medo, sentia-se acuada, embora às vezes pensasse que ele nunca faria nada, caso ela o deixasse de vez. Aprendera, desde então, certas artimanhas, sondava terreno, procurava saídas. (EVARISTO, 2016, p. 53).

O encontro com a verdade do adultério seria cruel, e a separação do casal estava sendo adiada há anos mediante o medo da protagonista, que se sente constantemente vigiada, situação vivida por muitas mulheres, uma vez que os homens lhes impõem uma tutela que reduz sua autonomia, colocando-as em uma posição subalterna como se seu comportamento carecesse da aprovação masculina. Acerca disso, Beauvoir assevera: “O encargo que a sociedade impõe à

mulher é considerado como um serviço prestado ao esposo: em consequência, ele deve à esposa presentes ou uma herança e compromete-se a sustentá-la.” (BEAUVOIR, 2016, p. 186). A mulher fica, dessa forma, à mercê das vontades do homem, que, por sua vez, a concebe como sua propriedade.

O machismo e a desconfiança fazem o cônjuge vigiar todos os seus passos, como se percebe no trecho a seguir:

No princípio, logo que começou a ser vigiada, chegou a pensar que estivesse sofrendo de mania de perseguição. Confirmou, porém, que estava sendo seguida, quando, numa noite, o marido, julgando que ela estivesse dormindo, falava alto na sala ao lado e sem querer ela ouviu todo o teor da conversa. Ele pedia notícias de todos os passos dela. Depois a confirmação foi se dando pelas notícias que ele trazia. Ela tinha sido vista em tal e tal lugar. Salinda entendeu o comportamento do marido. Estava a vigiá-la, mas ao invés de agir em silêncio, vinha de própria voz alertá-la. Era como se ele buscasse retardar um encontro com a verdade. (EVARISTO, 2016, p. 53)

Aos poucos, Salinda vivencia o cárcere doméstico, mediante a opressão do companheiro, cego de ciúmes, como comprova o trecho do conto:

Das perguntas maldosas feitas de maneira agressiva surgiu uma vigilância severa e constante que se transformou em uma quase prisão domiciliar. Ela respondeu com um jogo aparentemente passivo. Fingiu ignorar. Era apenas uma estratégia de sobrevivência. Ensaiaava maneiras de se defender aguardando as crianças crescerem um pouco mais. (EVARISTO, 2016, p.55).

Aqui se percebe a necessidade da protagonista de, sub-repticiamente, desenvolver táticas para suportar a violência sofrida. Como ocorre quando há filhos pequenos, ela se submete ao regime de opressão, esperando que, quando estiverem mais crescidos, possa se desvencilhar do relacionamento abusivo.

Para agravar a sua condição de subalternidade e de culpa, Salinda mantém uma relação homoafetiva, o que afronta não somente o universo patriarcal, mas toda a sociedade que tem na heteronormatividade o padrão das relações afetivas. Vandu, sua tia, ajuda-a a manter esse relacionamento ignorado pelo companheiro, sendo que um dos encontros secretos ocorre quando a protagonista e os filhos passam uns dias na casa dessa parente.

Durante a visita, ela “[...] tinha ido ao circo com as crianças em um dos dias que ficara na casa da tia. Estava mais entusiasmada do que elas. Bem cedo, quando a manhã ainda estava no nascedouro, ela gozou antecipadamente a doce aflição que sentiria à tarde ao deparar-se com o

equilibrista.” (EVARISTO, 2016, p. 55). A experiência de observar a equilibrista na corda bamba engendra-se como metáfora da sua vida, pois, seus passos, como os da artista, também devem ser delicados e precisos, pois qualquer descuido pode ser fatal. Ela sabe que, “[...] qualquer passo em falso, a mulher estaria chamando a morte. Por um momento pediu para que tudo se rompesse. E, como equilibrista, ela mesma sentiu um gosto de morte na boca, mas logo se recuperou mordendo novamente o sabor da vida.” (EVARISTO, 2016, p. 56). Salinda vive na corda bamba e teme a morte, entretanto, mesmo ciente dos perigos do relacionamento com sua semelhante, não abre mão dessa paixão, ainda que sob o constante olhar obsessivo de seu companheiro.

Ao retornar a sua casa, ela não o encontra e desespera-se:

Mas por que o marido estava demorando tanto? Ela começava a se atormentar. O que estava por trás daquela ausência tão silenciosa? O que tinha acontecido? O que estava para acontecer? E sua vida secreta? Será que o segredo havia sido descoberto de alguma forma? Salinda tinha viajado com as crianças. Sair com os filhos não levantava suspeição alguma. (EVARISTO, 2016, p. 55).

Como o marido não se ausentava corriqueiramente, ela entra em pânico. Finalmente, recebe uma ligação do marido, que descobrira seu relacionamento extraconjugal. Sente-se perdida, pois ele anuncia a guerra da disputa pelos filhos: “Disse ainda que não queria vê-la nunca mais, mas era bom ela ir se preparando para uma guerra. Não ia matá-la. Não ia cometer suicídio. Mas ia disputar ferrenhamente os filhos. Ele queria os filhos, todos. Ah, queria!...” (EVARISTO, 2016, p. 57). A privação do convívio com os filhos é uma forma cruel de castigar a mãe pelo envolvimento com outra mulher, o ultraje maior. O marido traído experiencia o ultraje e pretende impor a pena à mãe, como uma Medeia às avessas, não com a morte dos filhos, mas com a privação do convívio, negando-lhe, portanto, o exercício da maternidade. Se não pode feri-la como mulher, o marido fere-a como mãe e vislumbra, por conseguinte, a alienação parental, que é privar o outro cônjuge do convívio com os filhos.

A violência psicológica pela dominação masculina sofrida reflete-se em sua relação homoafetiva, pois ao relacionar-se com outra mulher, Salinda liberta-se dessa opressão e sente-se em situação de igualdade. Nessa perspectiva, Beauvoir aponta que “[...] a mulher que se empenha em projetos singulares ou que reivindica sua liberdade, recusa-se geralmente a abdicar proveito de outro ser humano; ela se reconhece em seus atos.” (BEAUVOIR, 2016, p. 167). A relação com sua igual não se baseia, portanto, na dominação do outro, nem na ideia de posse, mas uma forma de liberdade, que, entretanto, ainda choca a sociedade.

A complementaridade, a cumplicidade e a igualdade possibilitadas pela nova relação são expressas na autocontemplação da protagonista diante do espelho:

Tentando se equilibrar sobre a dor e o susto, Salinda contemplou-se no espelho. Sabia que ali encontraria a sua igual, bastava o gesto contemplativo de si mesma. E no lugar de sua face, viu a da outra. Do outro lado, como se verdade fosse, o nítido rosto da amiga surgiu para afirmar a força de um amor entre duas iguais. Mulheres, ambas se pareciam. Altas, negras e com dezenas de dreads a lhes enfeitar a cabeça. Ambas aves fêmeas, ousadas mergulhadoras na própria profundidade. E a cada vez que uma mergulhava na outra, o suave encontro de suas fendas-mulheres engravidava as duas de prazer. E o que parecia pouco, muito se tornava. O que finito era, se eternizava. E um leve e fugaz beijo na face, sombra rasurada de uma asa amarela de borboleta, se tornava uma certeza, uma presença incrustada nos poros da pele e da memória. (EVARISTO, 2016, p. 57).

Compreendemos aqui o espelho como símbolo da verdade, a exemplo do conto “*A Branca de Neve*”. Em paralelo, o objeto devolve a Salinda a visão invertida de si e, simultaneamente, a da sua igual, uma vez que também é um símbolo lunar, portanto, do feminino. O espelho simboliza, ainda, nessa perspectiva, a harmonia do casal (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1998). Aqui, então, o feminino se autocompleta, em claro confronto à dominação masculina e, a partir de uma perspectiva feminina/feminista, o conto desnuda e questiona a violência da sociedade sexista e patriarcal, em que os homens sentem a necessidade de zelar por sua honra, julgando-se proprietários da mulher.

Por fim, para melhor compreender a malha narrativa, podemos associar o nome Salinda, metaforicamente, ao sentido de transmutação, de limpeza, como o tem o próprio sal, empregado para purificar e eliminar energias negativas. Nesse sentido, a personagem não se corrompe diante das agressões, mas transmuta-se e liberta-se.

Já o conto “*Quantos filhos Natalina teve?*” tematiza o estupro, o aborto e a maternidade. Natalina, a protagonista, é negra, moradora da favela e teve inúmeras gestações — a primeira aos 14 anos. Para Natalina, cujo significado onomástico remete à ideia de nascimento — natal —, ao contrário do que a sociedade espera da mulher, a maternidade não é algo bom, de modo que ela se refere às suas gestações com desprezo, exceto a última, como se vê nesse trecho: “Aquele filho ela queria, os outros, não. [...] As outras barrigas ela odiara. Não aguentava se ver estufando, pesada, inchada e aquele troço, aquela coisa mexendo dentro dela. Ficava com o coração cheio de ódio.” (EVARISTO, 2016, p. 43).

Por medo do pai, na primeira gravidez, Natalina pede que a mãe a perdoe, não bata nela, não conte nada ao pai, mas passa a sofrer, por parte da mãe, violência psicológica, pois esta a induz ao aborto, com chás e plantas abortivas, porém,

Tomava os chás e não resolvia. Um dia a mãe perguntou-lhe como estava indo tudo. Ela não respondeu. A mãe entendeu a resposta muda da filha. Agora ela mesma é quem ia preparar os chás. Como haveria de criar mais uma criança? O que fazer quando o filho da menina nascesse? Na casa já havia tanta gente! Ela, o marido e sete crianças. E agora teria o filho da filha? Ia tentar mais um pouco de beberagens, se não desse certo, levaria a menina a Sá Praxedes. (EVARISTO, 2016, p. 43)

Natalina tem horror à velha parteira, como se percebe no seguinte trecho: “Sá Praxedes, não! Ela morria de medo da velha. Diziam que ela comia meninos. Mulheres barrigudas entravam no barraco de Sá Praxedes, algumas, quando saíam, traziam nos braços as suas crianças, outras vinham de barriga, de braços e mãos vazias.” (EVARISTO, 2016, p. 43). Natalina foge de casa, por desespero, insegurança e pavor da parteira e segue para outra cidade, onde dá à luz seu primeiro filho. O narrador informa que ela “[...] não queria o menino, mas também não queria que ele fosse comido pela velha.” (EVARISTO, 2016, p. 45). Ainda no hospital, abandona seu filho, que fica com uma enfermeira, enquanto “[...] a menina — mãe saiu leve do hospital!” (EVARISTO, 2016, p. 45).

Na segunda gravidez, também indesejada, Natalina se encontra em uma situação delicada, pois Tonho, seu companheiro, quer ter uma família com ela, que, contudo, não tem o mesmo plano, uma vez que quer ser livre, pois, diferente dele, sua felicidade não reside na constituição de uma família, “ela não queria ficar com ninguém. Não queria família alguma. Não queria filho” (EVARISTO, 2016, p. 46). Natalina permite, então, que Tonho volte para sua terra levando seu filho, sem, com isso, sentir culpa ou remorso por não querer exercer a maternidade.

Diferentemente dos padrões impostos, Natalina necessita de liberdade. A ideia de família ideal

Faz parte dos padrões culturais da nossa sociedade, pois envolve valores, normas e práticas que se manifestam mediante objetivos e formas de agir e de pensar, sendo estes transmitidos de geração em geração. E como um padrão cultural, faz com que as pessoas façam valer as normas estabelecidas e aqueles que não se enquadram dentro das normas são punidos por mecanismos disciplinares (comentários maliciosos, fofocas e outros) que agredem a individualidade, o respeito, a honra e a dignidade das pessoas. (FILHO, 1998, p. 37).

A personagem rompe com o padrão atribuído à mulher, pois não quer depender de ninguém além de si mesma e quer um filho somente seu, sem marcas, sem obrigações, sem companheiro.

A terceira gestação também não foi planejada por ela, mas por seus patrões. A patroa, desesperada por não engravidar, pede à Natalina que engravide do marido, e “Natalina ouviu e entendeu tudo. A mulher queria ter um filho e não conseguia. Estava desesperada e envergonhada por isso. Ela e o marido já haviam conversado. Era só a empregada fazer um filho com o patrão.” (EVARISTO, 2006, p. 47). Subordinada, sua posição de inferioridade fica evidente no conto, visto que aceita o pedido dos patrões: “Tudo certo. Deitaria com o patrão, sem paga alguma, quantas vezes fosse preciso.” (EVARISTO, 2016, p. 47). Sem demora, engravida. Para Natalina, a maternidade era sentida com desprezo e com repúdio, de modo que custavam a passar os dias e os meses. Não gostava da barriga e da transformação do seu corpo: “Tudo passava lento, os nove meses de eternidade, os enjoos. O estorvo que ela carregava na barriga fazia feliz o homem e a mulher que teriam um filho que sairia dela. Tinha vergonha de si mesma e deles.” (EVARISTO, 2016, p. 48).

De um lado, como empregada doméstica, Natalina repete o destino de muitas mulheres ao longo da história do Brasil, desde os tempos coloniais, que engravidaram do patrão. Apesar de a gravidez ser um incômodo, ela aceita subservientemente o pedido sem querer nada em troca. De outro, podemos olhar para Natalina como a mulher que não deseja filhos, não espera ligar-se a um homem, o que a coloca em um patamar fora da normalidade, ou seja, rompe com o que seria o caminho mais óbvio especialmente daquelas meninas que não têm acesso aos meios necessários para mudar sua condição sociocultural, já que, como explica Souza (2011, p. 99), “Nascem filhos de pais (apenas de mães, quase sempre) miseráveis não só economicamente, mas carentes de autoconfiança, de autoestima e sem ter internalizadas as precondições psicossociais para ganhar a vida numa sociedade competitiva”. Ela, ao contrário da maioria, se desfaz do fardo que representam os filhos, entregando-os, em uma atitude totalmente revolucionária, já que

O lugar social e natural da mulher foi totalmente vinculado à experiência da maternidade, o que se relacionava diretamente à vida conjugal e à manutenção do casamento, e afastava as mulheres do mundo do trabalho e da vida pública. Aquelas que, tanto na história quanto na atualidade, buscaram fugir ou rebelar-se ante as normas naturalizadas sobre seus percursos, foram e continuam sendo olhadas com suspeita, caracterizadas como mulheres incompletas, tristes, solitárias e menos femininas. (EMÍDIO; GIGEK, 2019, s.p.).

Entretanto, a quarta gestação “[...] não lhe deixava em dívida com pessoa alguma. Não devia o prazer da descoberta ao iniciar-se mulher, como tinha sido nos encontros com Bilico. Não devia nada.” (EVARISTO, 2016, p. 48). Confundida com outra pessoa, é sequestrada, torturada e violentada. Levada para longe de seu barraco, Natalina, certa de que não era a pessoa que os homens procuravam, não pode se defender, “[...] pois tinha os olhos vendados pelos homens que chegaram de repente ao seu barraco e a dominaram com força.” (EVARISTO, 2016, p. 49). Ela é agredida sem saber o motivo nem o lugar onde se encontra, e “[...] o homem desceu do carro puxou-a violentamente e jogou-a no chão; depois desamarrou suas mãos e ordenou que lhe fizesse carinho. Natalina, entre ódio e pavor, obedecia tudo.” (EVARISTO, 2006, p. 50). Ao retirar a venda de seus olhos, não consegue ver o rosto do estuprador, que “[...] gozou feito cavalo enfurecido em cima dela. Depois tombou sonolento ao lado.” (EVARISTO, 2016, p. 50). Ela percebe, então, a possibilidade de vingar-se, pega a arma dele e o mata.

Após sofrer a violência física e moral, desvencilha-se da situação por meio da morte do agressor, porém carrega o fruto da violação do seu corpo, sua última gestação. Este seria um filho só seu, sem a marca do pai. Diferente das outras vezes, a espera do filho permite que Natalina sinta algo distinto, e aquele filho seria, paradoxalmente, bem recebido, “[...] um filho que fora concebido nos frágeis limites da vida e da morte.” (EVARISTO, 2016, p. 50). A brutalidade da violação e o fato de o pai estar morto mudam a perspectiva de Natalina sobre esta gestação, pois, finalmente, ela aceita a natalidade. A protagonista, senhora de suas vontades, tece seu próprio destino decidindo com qual filho deseja ficar e escolhe o momento de vivenciar a maternidade.

A última personagem a ser analisada é Maria, que tem o nome mais usado no mundo. Maria, mulher comum, forte, resistente e capaz de suportar todo sofrimento, como afirma a música *Maria, Maria*, de Milton Nascimento: “Maria, Maria/ É o som, é a cor, é o suor/ É a dose mais forte e lenta/ De uma gente que ri quando deve chorar/ E não vive, apenas aguenta/ Mas é preciso ter força/ É preciso ter raça/ É preciso ter gana sempre/ Quem traz no corpo a marca/ Maria, Maria/ Mistura a dor e a alegria”. Em outras palavras, o nome Maria simboliza força, luta e persistência, constituindo uma marca, um estigma.

Maria, negra, favelada e empregada doméstica<sup>2</sup>, cria os filhos sozinha na pobreza, como se percebe no seguinte trecho: “Maria estava parada há mais de meia hora no ponto do ônibus.

---

<sup>2</sup> “No Brasil, o trabalho doméstico é uma das profissões mais antigas, com 467 anos de existência marcados pela violência institucional. Desse total, 343 anos foram de trabalho escravo; o fim da escravidão parcial (Lei Áurea) obrigou os/as negros/as a trabalhar por mais 48 anos a troco de comida ou por uns trocados [...]” (SOUZA, 2013, p. 67).

Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor, teria ido a pé. O preço da passagem estava aumentando tanto!” (EVARISTO, 2016, p. 39). Ricos, os patrões a “presentearam” com restos de alimentos, por isso, “a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa.” (EVARISTO, 2016, p. 39). Sempre pensando nos filhos, Maria lembra que eles nunca comeram melão e se pergunta se eles irão gostar. No ônibus, a caminho de casa, Maria reconhece um passageiro, seu ex-companheiro, pai do seu primeiro filho. “Ela reconheceu o homem. Quanto tempo! Que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele.” (EVARISTO, 2016, p. 40). Quando ele se senta ao lado dela, os dois relembram os momentos em que, no barraco, eram felizes. Maria representa a realidade de muitas “Marias”, pois, separada, assumiu sozinha os três filhos, frutos de relacionamentos diferentes.

A protagonista percebe, então, que o ex-companheiro e seu camarada são assaltantes. Ele “[...] levantou rápido e sacando a arma. Outro lá de trás gritou que era um assalto. Maria estava com muito medo.” (EVARISTO, 2016, p. 41). Sem entender, ela não tem seus objetos roubados, sendo poupada pelos ladrões, o que é percebido pelos outros passageiros, que passam a agredi-la: “Aquela puta lá da frente conhecia os assaltantes.” (EVARISTO, 2016, p. 42). Os julgamentos e insultos intensificam-se: “Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois” (EVARISTO, 2016, p. 42). Muito assustada, ela nega conhecê-los, mas as humilhações verbais não cessam, como segue: “Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões.” (EVARISTO, 2016, p. 42). A partir de então, os passageiros, com raiva, passam a agredi-la fisicamente aos gritos: Lincha! Lincha! Lincha!... Uns passageiros desceram e outros voaram em direção à Maria.” (EVARISTO, 2016, p. 42). A personagem é brutalmente espancada até a morte. Não pode, assim, dar o recado do pai ladrão ao filho nem as frutas aos meninos, e “A sacola havia arreventado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos iam gostar do melão?” (EVARISTO, 2016, p. 42).

Maria é alvo de diferentes formas de violência. Primeiro, como empregada doméstica, sofre privações em função da pobreza, já que seu emprego não lhe possibilita alimentar adequadamente os filhos. De outro, como mulher, é abandonada pelos pais dos filhos, de forma que é a única responsável por sua subsistência e educação. Por fim, a violência social por parte daqueles em similar condição social, que, mediante impropérios eivados de ódio e preconceito, evidenciam o racismo e o desprezo em relação à mulher Maria, suposta cúmplice dos ladrões. Para ofender uma mulher, em geral, apela-se à sua honra, acusando-a de ser promíscua, em uma clara concepção machista, que a coloca numa posição que prescinde de respeito. E, como negra,

Maria também é ofendida, afinal, não raro, no Brasil, o negro é percebido a priori como bandido, ao contrário do branco.

O desfecho trágico expõe o absurdo da violência impregnada nas relações sociais, em que a morte é banalizada. Sem direito à defesa, Maria é sumariamente condenada à morte pelos seus iguais em condição, que, movidos pela paixão e cansados da exploração diária e da violência de toda ordem, matam-na, como em um surto social de quem não suporta mais a sociedade em que vive. Ao analisar os linchamentos no Brasil, Martins (1996, p. 15) explica que o comportamento coletivo “expressa como que a dimensão irreduzível de uma conduta humana autodefensiva que até mesmo conflita com as conquistas da civilização. Nele, o contrato social não se recompõe e se rompe mais ainda do que na ruptura provocada pela violência primeira que lhe deu origem.” Assim, o linchamento é o oposto da civilidade, erguida por meio de regras sociais e jurídicas, ordenamento rompido pela violência primeira que gera uma reação passional convulsa e ainda mais exacerbada.

A personagem central, Maria, sintetiza a fragilidade da cidadã à margem da sociedade, que não tem acesso aos meios necessários para a mobilidade social; fragilidade como mãe solo, abandonada por seus companheiros; fragilidade como mulher negra, vítima da violência coletiva e do racismo estrutural que naturalmente coloca o afrodescendente no lugar do bandido. Tantas Marias em semelhança seguram o choro e riem ao lutar contra o estigma social, contra o sofrimento que marca seu corpo e seu destino.

### Considerações finais

Na literatura, a mulher em geral foi apresentada sob o ponto de vista dos homens, o que dificulta a expressão de sua essência: “[...] é possível dizer que quando escritas por homens, elas são em grande maioria jovens (42,3%) e adultas (50%) [...] são menos escolarizadas, dominam menos a norma culta, ocupam menos posições intelectuais.” (DALCASTAGNÉ; LEAL, 2010, p. 40). Já na perspectiva feminina, as personagens mulheres assumem papéis diversos, com descrições do corpo, da sexualidade e dos desejos que evidenciam suas características particulares.

Nesse sentido, em uma perspectiva denunciativa, Conceição Evaristo expõe violações sofridas pelas mulheres, em especial, a mulher negra, pobre e suburbana. Retrata a inferiorização e as duras condições do sujeito negro no Brasil, rompendo muitos estereótipos, principalmente da

mulher negra, atrelados ao passado escravista. Sobre a literatura da escritora, Duarte (2010, p. 5) afirma:

Assim, os contos de Conceição Evaristo parecem trazer a expressão de um novo paradigma. Escrita de dentro (e fora) do espaço marginalizado, a obra é contaminada da angústia coletiva, testemunha a banalização do mal, da morte, a opressão de classe, gênero e etnia, e é porta-voz da esperança de novos tempos. Nesta tríade - classe, gênero e etnia - residem provavelmente as bases para a leitura da “segunda história” que subjaz cada conto, lembrando aqui a formulação teórica de Piglia sobre o conto moderno, que guardaria a chave de seu significado. A literatura de autoria assumidamente negra - como esta, assinada por Conceição Evaristo - ao mesmo tempo projeto político social, testemunho e ficção, está se inscrevendo de forma definitiva.

A obra “*Olhos d’Água*” possibilita o mergulho no universo feminino de mulheres negras em distintas situações de vulnerabilidade, o que permite um entendimento da condição da mulher negra, mas também, em certa medida, a da mulher pobre em geral. A violência bate à porta de ambas, revelando uma parcela da sociedade à mercê do homem e de sua força física, movida pelas concepções patriarcais machistas que inferiorizam a mulher e conferem a ele autorização para os atos mais ignóbeis.

A exemplo das precursoras Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, assim como Anas, Myriams, Paulas e outras escritoras, escreve histórias sobre mulheres — e sobre homens — e sobre a sociedade. Revela seus universos, suas angústias, seus desejos. Os inauditos e os proibidos. Apresenta ao leitor, com nova paleta de cores, quadros também novos, que, por vezes, chocam, mas cuja visualização é premente. Quadros de que carece a nossa sociedade para mirar-se por dentro, no interior do lar, do trabalho e da alma. Mirando-se, quiçá, possamos ter, no futuro, quadros menos trágicos, com cores mais alegres, com texturas harmoniosas, que nos devolvam a imagem da mulher como protagonista e dona de sua vida, senhora de suas vontades e respeitada em seus direitos e individualidades.

## Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CELMER Elisa Girotti. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. *A violência na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Editora Universitária PUCRS, 2010.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

DALCASTAGNÉ, Regina; LEAL, Maria Virgínia Vasconcelos. *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. São Paulo: Ed. Horizonte, 2010.

DUARTE, Constância Lima. Gênero e violência na literatura afro-brasileira. In: Duarte, Constância Lima et al. *Falas do outro: literatura, gênero, identidade*, Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

EMIDIO, Thassia Souza; GIGEK, Thaís. Elas não querem ser mães: algumas reflexões sobre a escolha pela não maternidade na atualidade. *Trivium* [online]. 2019, vol.11, n.2, pp. 186-197. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-48912019000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912019000200007&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 14 jan. 2021.

ENGEL, Cíntia Liara. *As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil 2017* Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

EVARISTO, Conceição. Dos sorrisos, dos silêncios e das falas. In: SCHNEIDER, Liane; MACHADO, Charliton (Orgs.). *Mulheres no Brasil: Resistência, lutas e conquistas*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d' Água*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora*. João Pessoa: Ideia: Editora Universitária da UFPB, 2005, p. 201 - 212.

FILHO, M. J. *A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania*. Franca: 1998. 295p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP. Acesso em: 14 jun.2019.

GOMES, Carlos Magno. Marcas da violência contra a mulher na literatura. *Revista Diadorim*, UFRJ, Rio de Janeiro. Volume 13, Jul. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/marin/AppData/Local/Temp/3981-72001-1-PB.pdf> Acesso em: 13 jun. 2019.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

KUNZ, Marinês Andrea. Literatura e sociedade brasileira: *Quincas Borba* e o Humanismo. In: SARAIVA, Juracy A.; ZILBERMAN, Regina. (Org.) *Machado de Assis. Intérprete da sociedade brasileira*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

LAPA, Fabiana. *A literatura das mulheres negras: A escrita como ferramenta de resistência e expressão*. Disponível em: [http://obviousmag.org/fabiana\\_lapa/2017/a-literatura-das-mulheres-negras-a-escrita-como-ferramenta-de-resistencia-e-expressao.html](http://obviousmag.org/fabiana_lapa/2017/a-literatura-das-mulheres-negras-a-escrita-como-ferramenta-de-resistencia-e-expressao.html) Acesso em: 09 out. 2020.

LEAL, Vasconcelos Maria Virgínia. O gênero em construção nos romances de cinco escritoras brasileiras contemporâneas. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Vasconcelos Maria Virgínia. *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. São Paulo: Ed. Horizonte, 2010.

LITERAFRO. O portal da literatura afro-brasileira. *Conceição Evaristo*. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/188>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MARTINS, José de Souza. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora. *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(2): 11-26, outubro de 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/marin/AppData/Local/Temp/86293-Texto%20do%20artigo-121544-1-10-20141024-1.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

NASSIF, Luís. A vida e a obra de Conceição Evaristo. *Cultura*. GGN - *O Jornal de todos os Brasis*. 11-07-2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/literatura/a-vida-e-a-obra-deconceicao-evaristo/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. “Escrevivência” em Becos da memória, de Conceição Evaristo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(2): 344, maio-agosto/2009, p. 621-623. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000200019/11370>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. A visibilidade da violência e a violência da invisibilidade sobre o negro no Brasil. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. *A violência na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Editora Universitária PUCRS, 2010.

SHARPE, Peggy. *Entre resistir e identificar-se – para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 1997.

SHOWALTER, Elaine (1994). A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Tradução de Deise Amaral. Rio de Janeiro: Rocco, p. 23-57.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira*. Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Claudenir de. *Mulheres negras contam sua história*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/202158795/Mulheres-negras-contam-sua-historia> Acesso em: 30 mai. 2020.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. *Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade: cenas paranaenses*. Guarapuava, PR: Unicentro, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência homicídio de mulheres no Brasil*. 1ª ed. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

ZAPATER, Maíra; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Manual de Direitos da Mulher*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.